

HISTORICIZANDO AS MASCULINIDADES: CONSIDERAÇÕES E APONTAMENTOS À LUZ DE RICHARD MISKOLCI E ALBUQUERQUE JÚNIOR

Natanael de Freitas Silva

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a necessidade de investigarmos as históricas experiências de masculinidades e de problematizá-las dentro de uma política de gênero. Argumenta-se que as experiências dos sujeitos de gênero não são anteriores ao acontecimento, pelo contrário, as mesmas são produzidas e constituídas na ação com o outro. Sendo assim, primeiramente, apresentam-se algumas considerações em torno do surgimento dos estudos sobre masculinidades; em seguida, expõem-se algumas análises, à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior, sobre a articulação de uma histórica concepção de masculinidade na elaboração de projetos de poder engendrados em fins do século XIX e início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades; Gênero; Experiências; Historiografia.

ABSTRACT

The purpose of this article is to reflect about the necessity to investigate the historical experiences of masculinities and the implications of such questioning within a gender policy. It is argued that the experiences of the subjects of gender are not prior to the events, on the contrary, they are produced and made into action with others. So, first of all, I present some considerations regarding the emergence of studies on masculinities, then I make some notes on the articulation of a historical conception of masculinity in the development of power projects engendered by the end of the XIXth and the early XXth centuries, based on Richard Miskolci and Albuquerque Junior's reflexions on the subject.

KEYWORDS: Masculinities; Gender; Experiences; Historiography.

Falar e pensar as experiências de masculinidades no campo historiográfico não é uma tarefa muito comum. Todavia, podemos identificar importantes obras¹ que elegem as experiências masculinas como objeto de análise em áreas como a Sociologia, a Antropologia e a História, por exemplo. Nesses trabalhos, é perceptível entre os/as autores/as um cuidado em apontar que existem várias experiências, modos/tipos de ser e viver a(s) masculinidade(s). Porém, são relativamente recentes os estudos que historicizam os homens, sobretudo aqueles que fogem do padrão dominante, constituinte do sujeito universal, evidenciando os processos, as condições de possibilidades no forjar do(s) e no(s) masculino(s). Um dos desafios nesse campo é abordar as masculinidades fora de paradigmas essencialistas, que acabam por repor a ideia de que determinadas práticas – como as noções de violência e virilidade – são expressões e signos ‘naturais’, e por isso, constitutivas do ‘homem de verdade’².

Sendo assim, o objetivo deste artigo é refletir sobre a necessidade de investigarmos as históricas experiências de masculinidades e as implicações de tal problematização dentro de uma política de gênero. Primeiramente, apresento algumas considerações em relação ao surgimento dos estudos sobre masculinidades, em seguida, exponho alguns apontamentos sobre a articulação de uma histórica concepção de masculinidade na elaboração de projetos de poder³ engendrados em fins do século XIX e início do XX, à luz de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior.

Os primeiros estudos sobre os homens ignoravam as relações de poder entre os sexos, logo, masculino e feminino eram compreendidos como sinônimos de diferenças inatas, essencializadas. Desta maneira, concepções forjadas em meados do século XIX associavam a mulher ao espaço doméstico/privado, mantenedora do lar, da educação dos filhos e submissa a à figura masculina (pai/marido). Ao mesmo tempo, ao homem historicamente

¹ MONTEIRO, Markos. *Tenham Piedade dos Homens! Masculinidades em mudança*. Juiz de Fora: FEME, 2000; MATOS, Maria Izilda S. *Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001; OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção Social da Masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004; CECCHETTO, Fátima Regina. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX*. São Paulo: Annablume, 2012; ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. *Nordestino: uma invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste-1920/1940)*. 2ª ed., São Paulo: Intermeios, 2013.

² NOVAES, Juliana de Vilhena. “Aqui tem homem de verdade”. Violência, força e virilidade nas arenas de MMA. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (Org.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2013.

³ Cabe esclarecer que a concepção de poder que embasa esse texto segue uma perspectiva foucaultiana. Em Foucault o poder é relacional, difuso, circular. É um conjunto de técnicas e estratégias exercidas em rede que perpassa de modo capilar todo o tecido social. Sendo assim, não existe, segundo o autor, um centro de poder ou alguém que o detenha, ele se dá nas relações sociais. Deste modo, entende-se que as relações entre os sexos produzem interações e dissociações específicas de poder numa dada sociedade. Ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 19ª ed., Edições Graal, 1979; GONDRA, José Gonçalves. Tomar distância do poder. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Orgs.). *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

considerado pragmático e racional era reservado o privilégio do domínio do espaço público. À vista disso, é através das relações sociais entre os sexos e por meio das instituições como a Família, a Igreja, o Quartel, a Escola, o Direito e a Medicina, por exemplo, que um regime de gênero heterossexista e misógino é reiterado, regulado e sedimentado como natural e a-histórico. Mas, quando nos referimos à categoria 'homem', que ideal de masculinidade é agenciado? Quais as implicações de tal problematização dentro de uma política de gênero?

Os estudos sobre masculinidade surgiram do impacto da segunda onda⁴ feminista, entre os anos de 1960 e 1980, nos Estados Unidos⁵. Feminismo este que reivindicava a autonomia das mulheres sobre seus corpos, inclusive em relação à reprodução, a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e a desnaturalização do trabalho doméstico⁶, entendido como 'coisa de mulher'. Deste modo, evidenciavam-se os privilégios socioculturais da masculinidade. Cabe esclarecer que compreendo as masculinidades como um conjunto de experiências históricas que contribui e se constitui na formação dos sujeitos; estas experiências moldam, transformam e formam as percepções sobre a realidade e indicam como cada um se posiciona frente à vida. É nesse sentido que entendo e proponho uma reflexão que desloca o olhar das naturalizações e cristalizações que compreendem a masculinidade como sinônimo de violência, força, dominação, virilidade e potência sexual, por exemplo.

À vista disso, os estudos feministas forneceram as bases dos chamados estudos masculinos, *Men's Studies*, tendo como marco a perspectiva de poder nas relações de gênero, sobretudo aquela apresentada por Joan Scott, que define o gênero como "um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, [assim] o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder"⁷. É muito importante destacar que a *categoria* gênero, bem como os estudos por ela possibilitados, não é mais o que foi até os anos 1990, ou seja, sinônimo de mulher ou apenas de história das mulheres. "Falar de gênero [significa] deixar de focalizar a 'mulher' ou as 'mulheres'; [trata-se] de relações entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre homens"⁸.

⁴ Sobre as chamadas "ondas" do feminismo, ver: PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, 2005, p. 77-98; PEDRO, Joana. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006, p. 249-272.

⁵ CORRÊA, Mariza; PISCITELLI, Adriana. "Flores do Colonialismo". Masculinidades numa perspectiva antropológica. Entrevista com Miguel Vale de Almeida. *Cadernos Pagu* (11), Campinas, 1998, p. 201-229; WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004; CECCHETTO, op. cit., 2004.

⁶ MELLO, Soraia Carolina de. *Trabalho doméstico: coisa de mulher? Debates feministas no Cone Sul (1970-1989)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2). jul/dez, p. 5-22, 1990, p. 14.

⁸ PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, jan-jun, p. 270-283, 2011, p. 273.

Nessa perspectiva, masculinidade(s) e feminilidade(s) são constructos sociais e culturalmente forjados, rizomáticos, relacionais, interdependentes e de múltiplas definições. Por isso, o caráter histórico, datado e político do gênero. Nesse ínterim, as feministas “avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade”⁹. Deste modo, o feminismo desnaturalizou a categoria ‘homem’ como sujeito universal e evidenciou as relações de poder entre os gêneros alicerçados no dimorfismo sexual, percebendo “que as subjetividades são históricas e não naturais, que os sujeitos estão nos pontos de chegada e não de partida”¹⁰.

A partir das reflexões de autores¹¹ como Butler, Hall e Rago, entendo que as experiências dos sujeitos de gênero não são anteriores ao acontecimento, pelo contrário, as mesmas são produzidas e constituídas na ação com o outro, inseridas numa ampla e complexa rede de relações socioculturais que inscrevem nos corpos, através da repetição estilizada de atos, uma suposta coerência entre sexo e gênero, produzindo assim corpos-homens e corpos-mulheres, inserindo-os numa matriz de inteligibilidade. Estas experiências são definidas historicamente, e não biologicamente. Com isso, não se trata de negar a materialidade dos corpos, porém, como sublinha Louro, trata-se de enfatizar que “são os processos e as práticas discursivas que fazem com que aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores dos sujeitos”¹². E são essas práticas, no meu entender, que precisam ser observadas nos históricos processos de produção de masculinidades e feminilidades.

Para o antropólogo Miguel Almeida¹³, os *Men's Studies*, inicialmente, assumiram uma posição ‘revanchista’ em relação ao feminismo, e também de vitimização dos homens e invisibilidade dos homossexuais. Além de serem estudos produzidos por homens, sobre homens e para homens. Mas que ‘homem’ seria esse? O que estava em jogo? Para o antropólogo citado, o revanchismo pode ser caracterizado como o silenciamento das relações de poder entre homens e mulheres e a manutenção dos privilégios oriundos da masculinidade. Nas suas palavras, “não se pode vitimizar os homens, quando eles estão socialmente no poder”¹⁴. Nesse sentido, não pode existir um masculinismo simétrico ao feminismo. Por sua vez, o sociólogo Pedro Paulo de

⁹ RAGO, Luzia Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu* (11), Campinas, p. 89-98, 1998, p. 91.

¹⁰ Ibid.

¹¹ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 59; HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 13; RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenção da subjetividade*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013, p. 42.

¹² LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, 2008, p. 80.

¹³ CORRÊA; PISCITELLI, op. cit., 1998.

¹⁴ Ibid., p. 204.

Oliveira afirma que “antes de ser vítima, o homem é beneficiário do sistema de gênero vigente”¹⁵.

Assim, a hierarquização de uma performance e/ou estilo de masculinidade em relação ao feminino reitera um conjunto de práticas e atributos que forjam uma distinção entre os homens e mulheres, mas, também entre os próprios homens. Por isso, há uma rejeição sistemática aos indivíduos não-heterossexuais percebidos como uma ameaça ao estilo de masculinidade historicamente forjado. Tal rejeição, e até mesmo ódio, poderia ser explicado pelo fato desses outros homens se aproximarem do campo considerado feminino. Isso ficará mais evidente quando analisarmos os exemplos oferecidos por Richard Miskolci e Albuquerque Júnior, sobretudo quando esses estudiosos abordam a masculinidade articulada a projetos políticos de poder gestados por elites de homens brancos e heterossexuais na formação de uma identidade nacional e regional no Brasil, em fins do século XIX e início do XX. Desta maneira, “a ausência das relações de poder nessas análises acabou por legitimar discursos sobre a chamada crise da masculinidade”¹⁶.

Essa ‘crise da masculinidade’ se deu entre os homens brancos estadunidenses que tiveram as suas concepções de masculinidade desestabilizadas pelo avanço dos movimentos feministas e gays nos anos de 1960. Essa suposta crise “pode ser explicada pelo afastamento da maioria dos homens do padrão percebido e legitimado como socialmente hegemônico.”¹⁷ Por conseguinte, o modelo de masculinidade norte-americana neste caso era concebido pela aquisição de “poder, fama e ocultação das emoções”¹⁸. Ao admitir as relações de poder como um elemento constitutivo das relações entre os gêneros,

emerge no contexto dos *Men's studies* a noção de masculinidade hegemônica como alternativa para se examinarem as relações entre os sexos. A masculinidade hegemônica é definida como um modelo central, o que implica considerar outros estilos como inadequados ou inferiores¹⁹.

Nesse “ressurgir” dos estudos sobre os homens e o masculino uma polarização é ativada. De um lado, os que seriam ‘normais’/ heterossexuais; do outro, seu oposto, o ‘anormal’/ homossexual. Para Almeida, “basta a orientação sexual para inserir a diferença”²⁰. Cecchetto e Welzer-Lang destacam que foram os estudos sobre a homossexualidade²¹ masculina que possibilitaram uma maior

¹⁵ OLIVEIRA, op. cit., p. 190.

¹⁶ CECCHETTO, op. cit., p. 60.

¹⁷ Ibid., p. 61.

¹⁸ CECCHETTO, op. cit., 62.

¹⁹ Ibid., p. 63.

²⁰ CORRÊA; PISCITELLI, op. cit., p. 207.

²¹ Conferir: GREEN, James. *Além do carnaval*. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000; CARRARA, Sergio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira: *Cadernos Pagu* (28), Campinas, janeiro-junho de 2007, p. 65-99.

concentração dos estudos sobre os homens, denunciando as hierarquias de gênero e concepções sobre a sexualidade masculina. Porquanto, como sugere o antropólogo Júlio Simões, “a sexualidade, longe de ser matéria confinada à intimidade e à privacidade de cada qual, é um terreno político por excelência”²². Para o sociólogo Richard Miskolci,

a masculinidade, em uma perspectiva cultural, tem significados múltiplos, variáveis e até mesmo contraditórios. Como bem simbólico altamente valorizado, em fins do XIX, [por exemplo,] se associava à honra e à própria nacionalidade²³.

A historiadora Maria Izilda Matos sublinha “a necessidade de se historicizar os conceitos e categorias analíticas, aceitando a sua própria instabilidade como aliada na subjetividade crítica do historiador”²⁴, todavia, ela identifica que:

apesar da ampla produção na área de estudos de gênero e [de suas] instigantes contribuições, pouca atenção é dada à história dos movimentos feministas e ainda *são raros os estudos na produção historiográfica brasileira sobre as masculinidades*, deixando a impressão de que os homens existem em algum lugar além, constituindo-se num parâmetro extra-histórico e universalizante²⁵.

O historiador Albuquerque Júnior salienta a necessidade de superarmos a visão “diádica dos gêneros” na historiografia das mulheres, por exemplo, que “opôs a mulher ao ser homem como duas realidades distintas e homogêneas”²⁶. O autor ainda menciona a necessidade de ampliarmos e explorarmos o masculino e as experiências de ser homem. Dessarte, fazer a história dos homens, sugere o autor:

não mais como indivíduos ou partícipes de feitos coletivos, mas como gênero, não a história de homens como agentes do processo histórico, mas como produtos deste mesmo processo, a história de homens construindo-se como tal, a história da produção de subjetividades masculinas, em suas várias formas, a história da multiplicidade de ser homem²⁷.

No campo dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil os “homens passaram a ser incluídos como uma categoria empírica a ser investigada”²⁸. A principal motivação era desnaturalizar concepções essencialistas sobre o

²² SIMÕES, Júlio Assis. *Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 12.

²³ MISKOLCI, op. cit., p. 62.

²⁴ MATOS, Maria. Izilda. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001, p. 46.

²⁵ MATOS, op. cit., p.46, grifo meu.

²⁶ ALBUQUERQUE JR., op. cit., p. 29.

²⁷ Ibid, p. 23.

²⁸ CECCHETTO, op. cit., p. 53.

masculino, criticando a noção de masculinidade hegemônica como categoria universal e ahistórica. Com essa nova percepção e orientação, a categoria homem foi associada aos papéis sexuais, como 'ativo' ou 'passivo', por exemplo - forjando duas categorias sociais distintas: os 'homens' e as 'bichas'²⁹. Cecchetto sublinha que os homens são 'idealmente percebidos como 'ativos' e, portanto, não homossexuais. Bichas seriam tipificadas como 'passivos', tornando-se "alvo de perseguição e são representados através de modelos de submissão",³⁰ logo, aqueles classificados como 'homens' seriam os portadores e mantenedores do privilégio do *status* de macho.

O que estava em jogo era "a hegemonia de um certo modo de representação do masculino. [Que] tomam o homem branco heterossexual como modelo, sendo este considerado uma categoria não marcada por gênero e raça"³¹. Porém, a ideia de uma distinção entre uma masculinidade hegemônica³² e as subalternas é frágil, pois permite indagações do tipo: quais suas fronteiras e seus limites? Onde terminaria uma e onde começaria(m) a(s) outra(s)?

Em vista disso, entendo que estudar as masculinidades não é apenas focalizar a dimensão sexual, é, por exemplo, problematizar os sentidos que atribuímos às concepções de violência e paternidade, temas³³ estes que para Cecchetto ainda não foram efetivamente problematizados pelos estudos sobre o(s) masculino(s). Além disso, a dicotomia entre masculinidade hegemônica e subalterna produz hierarquias de gênero, porquanto:

é sobre a emasculação de outros que se constrói um tipo de masculinidade hegemônica. [...] A definição de masculinidade é um procedimento político: envolve a criação de outros, sem a definição das masculinidades subordinadas, a definição de masculinidade hegemônica permanece incompleta³⁴.

Diante disso, um dos desafios é deslocar o olhar das naturalizações e cristalizações que compreendem a masculinidade como sinônimo de violência, força, dominação, virilidade e potência sexual, construindo uma análise

²⁹ Sobre a dicotomia entre 'homens' e 'bichas' nos anos 1960-70, ver: GREEN, op. cit., p. 251-390; TREVISAN, João Silvério: *Devassos no paraíso – A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 8ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2011.

³⁰ CECCHETTO, op. cit., p. 54-55.

³¹ Ibid., p. 55.

³² Sobre o conceito de masculinidade hegemônica e suas instabilidades, ver: CONNELL, Robert. W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1), janeiro-abril, 2013, p. 241-282; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. Masculinidades, diferenças, hegemonias. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, 2013, p. 233-240.

³³ Conferir: COELHO, Sandra Maria de F.; CARLOTO, Cássia Maria. Violência doméstica, homens e masculinidades: *Revista textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6 nº 2, jul/dez, 2007, p. 395-409; Santos, Jorge Luiz O. *Menino que faz menino ainda é menino?* Homens jovens e pais construindo o seu protagonismo. Tese (Doutorado em Antropologia), UFPA, Belém, 2011.

³⁴ CECCHETTO, op. cit., p. 66-67.

histórica, visibilizando as experiências não hegemônicas que atuam, também, na construção das masculinidades.

Violência como signo de Masculinidade

A concepção de que ao nascer com um pênis o sujeito deve ser viril, forte e brigão é comum no senso comum e permeia o imaginário masculino desde a infância. Recorrentemente, a masculinidade é confundida e naturalizada com a expressão da violência. Por ser considerado um dos signos inerentes da condição masculina, a violência é naturalizada e estimulada como expressão de virilidade. “Guerras, esportes, extorsões, mortes, estupros, violências domésticas... a violência é onipresente nas nossas sociedades [...] é antes de mais nada, e principalmente, masculina.”³⁵ Homens e mulheres, jovens e idosos, pobres e ricos podem atribuir diferentes sentidos ao ato de violência, pois as “nossas categorias de definição da violência são também pré-noções que é preciso desconstruir”³⁶. Além do mais, complexificando o que fora naturalizado, ninguém é vítima ou algoz o tempo todo. A violência, seja a física ou a simbólica, é um exercício de poder, que expressa e institui hierarquias, dominação e opressão de gênero.

Sexual e socialmente, a condição de macho precisa o tempo todo ser provada, legitimada. Frequentemente, “cada homem, competindo um com o outro, deve mostrar durante o tempo todo, e mais que qualquer outra coisa, que ele é um homem de verdade”³⁷. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que a oposição entre heterossexual e homossexual é um operador hierárquico das relações entre os homens. Cecchetto identifica que o uso de termos como “atividade” e “passividade”³⁸ agencia signos, atributos de “dominação e submissão”, sedimentando uma relação hierárquica. Nas suas palavras, o poder “masculinizado é associado àqueles que controlam recurso e têm interesse em naturalizar e perpetuar esse controle, incluindo nesse poder a capacidade de feminilizar os subordinados”³⁹. Por conseguinte, os homens que apresentam sexualidades não heterossexuais são estigmatizados, identificados como “não sendo homens normais, suspeitos de ser ‘passivos’ e ameaçados de ser assimilados e tratados como mulheres”⁴⁰.

Assim, “entre os homens o feminino se torna o pólo antagônico central, o inimigo interior que deve ser combatido”⁴¹. Welzer-Lang⁴² identifica a homofobia, a transfobia e a misoginia como efeitos de uma sociedade

³⁵ WELZER-LANG, op. cit., p. 113.

³⁶ WELZER-LANG, op. cit., p. 114.

³⁷ Ibid., p. 117.

³⁸ MISSE, Michel. *O Estigma do Passivo Sexual*. Um símbolo de estigma no discurso cotidiano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2005.

³⁹ CECCHETTO, op. cit., p. 69.

⁴⁰ WELZER-LANG, op. cit., p. 120.

⁴¹ Ibid., p. 118.

⁴² WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001, p. 460-482.

androcêntrica que tende a excluir tudo que se refere às mulheres ou possa ser associado a elas. No mesmo sentido, Miskolci denomina essas e outras práticas como:

efeminofobia entre homens que se relacionam com outros homens, mas que cultuam como valor máximo a masculinidade e os privilégios históricos concedidos dela. No vasto espectro das homossexualidades brasileiras, hoje vige uma hegemonia interna masculinista, branca e de classe alta dos que se compreendem como 'discretos' e aspiram ser vistos com heterossexuais relegando para outros/as a linha da recusa social. É a este espaço da abjeção que são relegados os/as não-brancos, pobres, 'afeminados', 'masculinizadas', em suma, os/as *queer*⁴³.

Nessa perspectiva, Welzer-Lang lembra que "mesmo sendo um homem, um dominante, todo homem está submetido às hierarquias masculinas"⁴⁴. Nem todos os homens compartilham as mesmas experiências e vivências no espectro das masculinidades. Marcadores sociais como etnia, classe social, identidade nacional e/ou regional, orientação sexual, identidade de gênero, nível educacional e geracional, contribuem na sedimentação de um modelo de masculinidade branca e heterossexual em detrimento de outras, a masculinidade feminilizada, por exemplo, todas historicamente forjadas.

Por tudo isso, é preciso "desconstruir o masculino, revelando-o como gênero permeado também pelas relações sociais do sexo"⁴⁵. Nesse sentido, é necessário desmistificar, desnaturalizar e historicizar a masculinidade e suas investidas, desvelando os processos de naturalização e regulação de uma posição de gênero normativa que pressupõe uma heterossexualidade naturalizada que subalterniza todas as outras expressões, estilos/performances de masculinidades, as quais desestabilizam o modelo de masculinidade branca, heterossexual e viril. Em vista disso, desconstruir aqui é percebido como um modo de "admitir e analisar as operações de exclusão, de rasura, de violenta forclusão, de abjeção e seu inquietante retorno, presentes na construção discursiva do sujeito"⁴⁶. É evidenciar que a noção naturalizada que se tem do masculino é fruto de um processo histórico que faz parecer indissociável os elementos: homem, macho, pênis; além do mais, é constatar que tal associação atende à manutenção e perpetuação de um histórico processo de dominação que tem como base a noção do masculino como um paradigma.

É importante destacar que a masculinidade é histórica, não está dada, ela é um devir, 'um fazer', um não-lugar, um processo incompleto que se opera

⁴³ MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa, (Org.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 23.

⁴⁴ WELZER-LANG, op. cit., 2001, p. 466.

⁴⁵ Ibid., p. 117.

⁴⁶ SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 114-115.

na sua maioria de forma violenta, seja sobre si mesmo, seja sobre o *outro*. Deste modo, nota-se que “a aquisição da masculinidade [é] um processo violento em quase todas as sociedades humanas”⁴⁷. É um jogo de hierarquias nas relações entre os homens. Pois, conseqüentemente, “as relações homens/homens são estruturadas conforme a imagem hierarquizada das relações homens / mulheres”⁴⁸. Dado que, é através das relações sociais entre os sexos que um estilo/performance de masculinidade é historicamente valorizado enquanto outro é desqualificado. Para Oliveira, a hierarquia de gênero forja “um lugar de poder e primazia ao homem por meio de prerrogativas acessíveis àqueles que se aproximam dos traços masculinos tidos como legítimos e autênticos”⁴⁹. Neste caso, a disputa circunda a definição do que viria a ser considerado o ideal masculino legítimo para uma dada sociedade e em um dado recorte de tempo.

Por esses motivos, compreendo que estudar as masculinidades numa perspectiva histórica é examinar “as maneiras pelas quais os significados de gênero variam de cultura para cultura e como estes se modificam através do tempo”⁵⁰. É explicar e pormenorizar como as diferenças entre os sexos são forjadas social e culturalmente e por isso são passíveis e possíveis de serem historicizadas. É evidenciar que “há uma diversidade de estilos ou tipos de masculinidades, cada um deles correspondendo a diferentes inserções dos homens nas áreas da política, da economia e da cultura”⁵¹. Como afirma Louro, “as formas como nos apresentamos como sujeitos de gênero e de sexualidade são, sempre, formas inventadas pelas circunstâncias culturais em que vivemos”⁵². Além disso, cabe ressaltar que, se as relações de masculinidade(s) e feminilidade(s) são constructos forjados na interação entre os sexos, podemos “perceber que o masculino está no feminino e o feminino está no masculino”⁵³. Ou seja, um não exclui o outro, são campos interdependentes.

Deste modo, uma análise que queira compreender historicamente uma dada gramática de gênero precisa considerá-los sincrônica e diacronicamente, considerando suas rupturas e continuidades, para não incorrer numa simplificação investigativa. Tal assertiva vem ao encontro dos mais recentes debates no campo dos estudos de gênero, principalmente aqueles que tenham por objetivo investigar as chamadas experiências trans⁵⁴, que provocam um curto circuito na ordem corpo-sexo-gênero-sexualidade-desejo.

⁴⁷ CECCHETTO, op. cit., p. 77.

⁴⁸ WELZER-LANG, op. cit., 2001, p. 117.

⁴⁹ OLIVEIRA, op. cit., p. 235.

⁵⁰ CECCHETTO, op. cit., p. 56.

⁵¹ Ibid., p. 57.

⁵² LOURO, op. cit., p. 86-87.

⁵³ CORRÊA; PISCITELLI, op. cit., p. 210.

⁵⁴ BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília/UnB. 2003; AVILA, Simone. N; GROSSI, Miriam. P. O 'Y' em questão: As transmasculinidades brasileiras. In: *Fazendo Gênero 10* (anais eletrônicos). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 1, 2013, p. 1-12; AVILA, Simone N. *Transmasculinidades: A emergência de novas identidades políticas e sociais*. RJ: Editora Multifoco, 2014; JESUS, Jaqueline G. (Org.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014.

Assim, homens e mulheres podem ter performance e/ou atributos que um dado regime de gênero pode qualificar como pertencentes ao campo do(s) masculino(s) ou feminino(s) independentemente do sexo biológico, expondo como o gênero é um constructo social, cultural e histórico e não um dado biológico. O que possibilita perceber que "homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino"⁵⁵, por exemplo. Estes são alguns dos desafios, a meu ver, para aqueles/aquelas que se aventuram por este percurso historiográfico.

Masculinidades e a construção da nação e da identidade nordestina

Para explorar a dimensão histórica das masculinidades apresento dois importantes trabalhos, os de Richard Miskolci e Albuquerque Júnior, os quais se propõem a analisar como o agenciamento de um ideal de masculinidade foi articulado na elaboração de projetos de poder gestados por uma elite de homens brancos e heterossexuais.

Miskolci analisa como um ideal de masculinidade foi agenciado pelo projeto republicano de fins do século XIX, no Rio de Janeiro. Explica como um desejo de progresso se mesclava a temores com relação às mudanças nas hierarquias sociais. Em suas palavras, "o desejo da nação conduzia um projeto de hegemonia política que encarava a sociedade como uma realidade biológica"⁵⁶. Esse projeto político tinha como marca o controle das relações sexuais, ou do que o autor denomina de agenciamento do desejo. O ideal de civilização da Primeira República estava, pois, assentado em um Estado Biopolítico⁵⁷. A partir de condições estratégicas de poder, uma elite branca e heterossexual promoveu formas sutis de interferência e disciplinamento da vida individual e privada.

Nesse projeto político de poder "o sexo era visto como o meio crucial para a reprodução social e seu futuro"⁵⁸. Para o autor, o medo da degeneração provocado pela desestabilização das hierarquias sociais pós-Abolição e da miscigenação que poderia branquear ou 'escurecer' as pessoas, legitimava discursos familistas e intervencionistas, presentes em diversas propostas de controle da sexualidade, principalmente dos homens-filhos da elite. Para Miskolci, "o ideal nacional branqueador tinha como um de seus pilares a

⁵⁵ BUTLER, op. cit., p. 24-25.

⁵⁶ MISKOLCI, op. cit., p. 39.

⁵⁷ Richard Miskolci compreende o Estado como "um arranjo cultural e histórico, portanto baseado em uma confluência articulada entre interesses econômicos e políticos dentro de uma sociedade em uma determinada época. [Por sua vez], a biopolítica se associa e depende da atenção a fenômenos como nascimento, morte, doença e reprodução, com o objetivo de disciplinar – ou até mesmo eliminar – os degenerados e anormais, os inimigos da família e da nação". MISKOLCI, op. cit., p. 41-44.

⁵⁸ MISKOLCI, op. cit., p. 43.

reprodução sob controle masculino⁵⁹, logo, o futuro da nação dependia de casais reprodutivos constituídos a partir do homem branco. Desta forma, o autocontrole representava o acesso à vida pública, “o desejo, assim, não é um complemento ou acessório de uma questão política maior, mas antes seu fundamento e sustentação, o alicerce invisível sobre o qual se construíam as partes visíveis da nação⁶⁰”.

O sociólogo destaca as historicidades da(s) masculinidade(s) ao afirmar que em fins do século XIX ela exigia controle das paixões, autodisciplina em relação às pulsões sem regras e a educação do sentimento e do desejo. Em suas palavras, “a consolidação do regime republicano é marcada por uma associação entre Estado e masculinidade que colocava à prova a capacidade de autodomínio de nossos homens de elite⁶¹. Miskolci focaliza “a relação cultural e histórica entre a nacionalidade e o gênero masculino⁶². A masculinidade e a honra nessa conjuntura eram percebidas como sinônimos, mas também um privilégio almejavél e possível aos homens brancos de elite, pois eram estes que viviam em busca de adequação social e sofriam o temor do desvio, entenda-se da homossexualidade. Por fim, para o autor:

o desejo da nação se constituiu em uma educação do desejo, seu agenciamento, de forma que o projeto nacional de então se concretizou em um agenciamento psíquico, e, sobretudo, na criação de nossa cultura baseada em pressupostos masculinos, heterossexuais, racistas e elitistas sobre a nação⁶³.

O segundo estudo a receber destaque é desenvolvido pelo historiador Albuquerque Júnior ao focalizar o surgimento do nordestino como identidade política e cultural entre os anos de 1920 e 1940. Para ele, “o nordestino é constituído através do agenciamento de uma série de imagens e enunciados que constituíam tipos regionais anteriores⁶⁴, logo, este sujeito histórico será uma figura gestada nos discursos regionalista e tradicionalista como cordel, literatura e poetas populares. Ainda para o autor, o nordestino forjado e desejado nestes discursos representava a reserva de valores tradicionais como virilidade, força e bravura que estavam – na visão da época – sendo solapados pelo mundo urbano com a entrada das mulheres no espaço público, por exemplo, provocando fraturas na relação entre os sexos. Nessa conjuntura histórica, o tipo nordestino é uma amálgama de vários tipos desenhados com atributos masculinos, ou seja, o sertanejo, o brejeiro ou praieiro, o vaqueiro, o jagunço, o caboclo, o senhor de engenho. Todos esses tipos se relacionavam com os códigos sociais da época atribuídos aos homens. “Homens anônimos, sem rosto, nômades, desterritorializados, [...] homens sem identidade, mas tão fundamentais na criação de uma identidade para o nordestino⁶⁵”.

⁵⁹ Ibid., p. 54.

⁶⁰ Ibid., p. 47.

⁶¹ Ibid., p. 53.

⁶² Ibid., p. 60.

⁶³ Ibid., p. 68.

⁶⁴ ALBUQUERQUE JR., op. cit., p. 186.

⁶⁵ Ibid., p. 205.

Albuquerque Júnior e Miskolci concordam que a exclusão de sujeitos considerados inferiores, desviantes, anormais, é recorrente no projeto de poder gestado pelas elites, tanto do Rio de Janeiro quanto de Pernambuco. No caso da Primeira República, o medo era o da degenerescência social possibilitada pela interação sexual entre classes e/ou 'raças'. Para Miskolci, a Abolição não abalou as hierarquias sociais, pelo contrário, provocou uma mudança de estratégias com o intuito de mantê-las. No Nordeste, uma nova experiência de feminilidade foi engendrada, enquanto "o sertanejo seria o cerne da nossa nacionalidade, seria aquele elemento que não foi modificado pelas influências cosmopolitas, fora do contato com a civilização",⁶⁶ as mulheres, por sua vez, eram figuras ímpares, "pareciam ter que se masculinizar [...] não era apenas o mundo masculino que estava fechado [a elas], mas a própria região parecia excluir o feminino"⁶⁷.

Por sua vez, a masculinização da mulher do Nordeste explicar-se-ia pela seca e pela ausência dos maridos que migravam nessa ocasião, obrigando-as a assumirem suas tarefas e o seu lugar na família:

É na reação ao mundo moderno, que parecia querer embaralhar as fronteiras entre os gêneros, que vinha feminizando perigosamente a sociedade e a região, provocando desvirilização e a masculinização das mulheres, que o nordestino é inventado como um tipo regional destinado a resgatar padrões de masculinidade que estariam em perigo; um verdadeiro macho capaz de restaurar o lugar que seu espaço estava perdendo nas relações de poder em nível nacional⁶⁸.

O autor evidencia que a imagem do nordestino foi um histórico instrumento político agenciado pela elite pernambucana com o intuito de obter recursos financeiros da União para os cofres da região. As figuras de gênero foram agenciadas para falar e dar sentido à crise econômica, política e social vivida pelo Nordeste. A pedagogia de gênero presente nos discursos regionalistas daquela época concebiam as mudanças promovidas pelo mundo moderno – devido à influência de valores com "tendências niveladoras [e] democratizantes" entre homens e mulheres – como um fator de desestabilização dos papéis sociais do sexo. Neste caso, a inserção de novos agentes sociais e suas demandas por maior participação política, principalmente no lugar ocupado pelas mulheres - agora se avizinando aos homens no espaço urbano - pareciam ameaçar a manutenção das hierarquias de gênero.

O Nordeste era visto como se estivesse "se feminizando, tornando-se passivo" e, portanto, precisando de um "novo homem" capaz de responder de maneira viril, à fratura promovida pela Abolição e pelo advento da República nas hierarquias sociais e de gênero. Para Albuquerque Júnior: "neste início de século [XX], os códigos de gênero começam a se tornar assunto político, a lei

⁶⁶ Ibid., p. 189.

⁶⁷ Ibid., p. 224.

⁶⁸ ALBUQUERQUE JR., op. cit., p. 226.

cada vez mais vai invadir este espaço de intimidade, prescrevendo papéis e criminalizando práticas antes admitidas”⁶⁹.

Portanto, o nordestino é um efeito das relações de poder, um sujeito histórico relevante na compreensão dos conflitos regionais no Brasil do século XX. Penso que sua historicidade é um exemplo prático de como podemos desnaturalizar as figuras e os papéis/performances de gênero, permitindo pensar outras formas possíveis de ser homem e ser mulher no Nordeste, e em outras conjunturas históricas específicas, para além dos estereótipos do macho e sua companheira submissa.

A meu ver, esses trabalhos apontam a maneira como em períodos distintos da história, um padrão de masculinidade foi agenciado e evocado na formatação dos homens em uma dada sociedade. Por outro lado, evidenciam a historicidade e multiplicidade de sentidos atribuídos às experiências de masculinidade(s) e feminilidade(s), como apresentados anteriormente. Em ambos os casos, almejava-se um homem másculo, forte, viril, capaz de controlar suas paixões e assim manter a ordem social. Porém, ao aproximarmos as análises, podemos perceber que o grande temor era a degenerescência social, leia-se, a homossexualidade, concebida também como sinônimo de efeminamento, na virada do século XIX para o XX. Deste modo, é perceptível o quanto a masculinidade é um constructo frágil, volátil e passível de reinvenção. E por isso, possível de ser historicizada.

20

Considerações finais

Como sublinha Scott, em *A invisibilidade da experiência*, a experiência não deve servir como evidência para ilustrar a diferença (de sexo, gênero ou sexualidade), pois “não são indivíduos que têm experiências, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência”⁷⁰. O potencial produtivo e questionador da experiência encontra-se no momento em que ela é usada como possibilidade de exploração do processo de construção das próprias diferenças. Por isso, é possível pensar historicamente nas masculinidades, tomando como ponto de partida um conjunto plural de experiências sociais, culturais e históricas que delineiam e dão sentido às experiências de masculinidades.

Isto posto, podemos perceber que a(s) masculinidade(s) é formada a partir de um conjunto amplo de experiências históricas. Logo, é importante historicizar estas práticas e assim “tornar histórico o que fora escondido da história”⁷¹. Porquanto, investigar as masculinidades é evidenciar que “há uma diversidade de estilos ou tipos de masculinidades, cada um deles correspondendo a diferentes inserções dos homens nas áreas da política, da

⁶⁹ Ibid., p. 228.

⁷⁰ SCOTT, Joan. *A Invisibilidade da Experiência*. *Projeto História*, São Paulo, nº 16, 1998, p. 303-304.

⁷¹ Ibid., p. 297-299.

economia e da cultura⁷². Como desafio, Cecchetto sugere que produzamos uma “desconstrução crítica da homologia masculino/público/político, ou seja, de uma masculinidade hegemônica⁷³. Tal desconstrução, na minha percepção, contribui para apontar e desnaturalizar estereótipos que estigmatizam e reforçam práticas misóginas e homofóbicas, por exemplo. Denunciando, assim, que tal associação não é natural, mas, um constructo historicamente⁷⁴ forjado e sedimentado através da uma pedagogia de gênero heterossexista. Um exemplo dessa investida analítica é o artigo da antropóloga Adriana Piscitelli⁷⁵ que focaliza as concepções de gênero atribuídas aos homens e mulheres na narrativa biográfica de fundadores de grupos empresariais brasileiros, demonstrando como denominadores de feminilidade e masculinidade são articulados na ocupação de determinados cargos na hierarquia destas empresas.

Dessa maneira, não podemos incorrer no equívoco de analisar as relações de gênero sem considerar as relações de poder. Gênero como uma *categoria* de análise também é atravessado por outros marcadores sociais como classe, poder, raça, etnicidade, faixa etária e sexualidade. O gênero nos permite historicizar, politizar e explicar o processo de invenção e construção da diferença entre os sexos, desconfiando das identidades prontas, dos binarismos, dos interditos, dos silenciamentos, “das afirmações totalizantes da economia significativa masculinista⁷⁶, que alimentam a dominação e a assimetria nas relações inter-gêneros (homens e mulheres) e intra-gêneros (homens e homens/ mulheres e mulheres).

21

Ao falar de masculinidade não falamos apenas de personagens ou características individuais, mas de toda uma organização de práticas sociais e instituições formadoras que contribuem na construção e sedimentação de certos registros compartilhados sobre gêneros⁷⁷.

Reconhecer a multiplicidade de experiências do masculino provoca fraturas no modelo de masculinidade normativa branca, heterossexual e viril. É identificar que ‘ser homem’ é uma experiência da ordem do social, cultural, histórico e não do transcendente. Isto posto, falar de gênero é incluir

⁷² CECCHETTO, op. cit., p. 57.

⁷³ Ibid., p. 56.

⁷⁴ Sobre a historicidade e a multiplicidade das masculinidades, ver: BESSA, Karla Adriana M. (Org.). “Dossiê Masculinidades”. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, 1998, p. 157-343; PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia. (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2013.

⁷⁵ PISCITELLI, Adriana G. Pioneiros: masculinidades em narrativas sobre fundadores de grupos empresariais brasileiros. In: SCHPUN, Mônica Raisal. (Org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 175-203.

⁷⁶ BUTLER, op. cit., p. 33.

⁷⁷ ARAGÃO, Rafael. O homem é desse mundo: para entender a masculinidade como um processo histórico. In: *Estudos e política do CUS - Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade*. COLLING, Leandro; THÜRLER, Djalma. (Orgs.). Salvador: Edufba, 2013, p. 344.

as categorias 'mulher', 'mulheres', 'feminismo', 'feminilidades', 'masculinidades' e 'relações de gênero' [...] no centro do debate historiográfico, tentando fazer com quem essas categorias se tornem cada vez mais comuns para quem pesquisa nesse campo⁷⁸.

Enfim, é fundamental "que os pesquisadores comecem a se interessar pelo seu gênero"⁷⁹. Inclusive, reconhecendo a "importância da sexualização do discurso historiográfico"⁸⁰, pois não estamos fora do rio da história. As normas de gênero nos atravessam, nos perpassam, pois não estamos desconectados do nosso tempo e espaço. Ao olharmos para um acontecimento, conscientes ou não, já atribuímos sentidos, valores, que nos são possíveis por e pela nossa experiência sexual de sujeito. É reconhecermos em nossas análises que o nosso olhar também é sexuado. Que pesquisador "pode pretender ter hoje um ponto de vista objetivo, não influenciado por seu sexo social ou sexualidade?"⁸¹ Outra possibilidade nesse campo é questionar, problematizar e confrontar os elementos que integram as experiências de masculinidades e feminilidades, mapeando-os, a fim de compreender como eles concorrem para a elaboração, manutenção ou subversão de uma histórica gramática de gênero numa dada sociedade.

Dessa maneira, os estudos sobre masculinidades precisam denunciar as históricas e datadas relações de poder, as hierarquias de gênero, a dominação masculina, evidenciar que a experiência forja o sujeito, e não as diferenças biológicas, e, portanto, é da ordem do social, do cultural, histórico e não da ordem do transcendente, desestabilizando assim o regime heterossexista. É preciso nomear, pois o silêncio alimenta a dominação e o *status quo*. É colocar em xeque a ordem de gênero, nomear as práticas de violência, provocar abalos, mudanças. Os estudos que não estejam atentos a essas questões se tornam inócuos, portanto são ignóbeis.

22

Sobre o autor

Natanael de Freitas Silva é professor, licenciado em História pela UFRRJ. Mestrando e bolsista da CAPES no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagens e História Intelectual. E-mail: natanaelfreitass@gmail.com.

Artigo recebido em 26 de fevereiro de 2015.

Aprovado em 20 de julho de 2015.

⁷⁸ PEDRO, op. cit., p. 277.

⁷⁹ WELZER-LANG, op. cit., p. 112.

⁸⁰ RAGO, op. cit., p. 90.

⁸¹ WELZER-LANG, op. cit., p. 124.